



COMBUSTÍVEIS

Deputados aprovam texto-base do ICMS

Por problemas técnicos no painel de votação, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), adiou para hoje a avaliação dos destaques ao projeto que fixa teto de 17% para o tributo, com o objetivo de baixar o preço dos combustíveis e da energia

» RAPHAEL FELICE

Por 348 votos favoráveis e nenhum contrário, a Câmara aprovou, ontem, o texto-base do Projeto de Lei Complementar (PLP) 18/2022 que fixa teto de 17% para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) — um tributo estadual — incidente nos combustíveis, na energia elétrica, nos serviços de telecomunicações e no transporte coletivo. Por causa de problemas no painel eletrônico, foi transferida para hoje a conclusão da votação das emendas do Senado ao projeto.

O Projeto de Lei Complementar 18/22 estabelece que, até 31 de dezembro de 2022, haverá uma compensação paga pelo governo federal aos estados pela perda de arrecadação do ICMS. Essa contrapartida seria por meio de descontos em parcelas de dívidas refinanciadas de entes federativos junto à União. Os que não estão endividados receberão a contrapartida em 2023, com recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), e terão prioridade para contratar empréstimos avaliados pela União.

O relator da proposta na Câmara, Elmar Nascimento (União Brasil-BA), acatou a maioria das modificações efetuadas pelo Senado, mas rejeitou duas alterações importantes. Uma delas foi sobre o gatilho de compensação. O texto relatado pelo senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) previa ativar o mecanismo caso os estados tivessem perdas arrecadatórias superiores a 5%, mas somente em relação aos itens citados no PLP (combustíveis, energia elétrica e serviços de telecomunicações e de transporte público). Os deputados, no entanto, retomaram a redação original, de que a perda deve ser considerada em relação ao ICMS total, sobre todos os bens e serviços.

Michel Jesus/Câmara dos Deputados



Arthur Lira comanda a sessão na Câmara: os deputados avalizaram o texto um dia depois da aprovação pelo Senado



Essa proposta tem solução de longo prazo, é estruturante, porque, na hora em que você reduz tributo, reduz para a vida toda

Danilo Forte (União-CE), deputado, autor da proposta

A Câmara também rejeitou a alteração feita pelos senadores de que os valores obtidos pelos estados com a cobrança do tributo em 2021 fossem ajustados pela inflação (IPCA).

O governo articulou a apreciação da proposta desde o início do dia. Logo pela manhã, quando não se tinha certeza de que haveria quórum “seguro” para votar, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou que o PLP 18 seria colocado em análise.

Ao longo da sessão plenária, oposição e aliados do Executivo mantiveram o debate sobre a eficácia do projeto. Governistas sustentam que a mudança vai diminuir os preços dos combustíveis para o consumidor final

ajudará no controle da inflação. Já os opositores defendem que não haverá redução significativa nos postos de gasolina, mas áreas como saúde e educação podem ser prejudicadas.

“O nosso debate é que o caminho que o governo escolhe é da demagogia e que não vai resolver, de fato, o problema. O caminho era muito mais simples: colocar um ponto final na dolarização da economia brasileira”, disse o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (PT-MG), se referindo à Política de Paridade de Importação (PPI), adotada pela Petrobras para definir os preços no mercado interno. “O governo prefere um caminho de curtíssimo prazo, com efeitos colaterais

gravíssimos para o sistema federativo brasileiro. Vai deixar uma bomba-relógio para o próximo presidente da República”, complementou.

Longo prazo

Na avaliação do autor da proposta original, Danilo Forte (União-CE), além de conter os preços de forma imediata, ao zerar impostos federais como Cide, PIS e Cofins até 31 de dezembro, o texto resolve uma questão estrutural com relação às alíquotas do ICMS cobradas nos itens previstos no texto.

“Essa proposta tem solução de longo prazo, é estruturante, porque, na hora em que você reduz tributo, reduz para a vida

» Governo faz apelo à Petrobras

Emissários do governo se reuniram, na noite de segunda-feira, com a diretoria da Petrobras para tentar impedir o aumento de combustíveis que a estatal planeja anunciar ainda nesta semana. A ideia é reajustar o preço da gasolina em 9% e o do diesel, em 11%, como forma de amenizar a defasagem de valores entre o mercado interno e o internacional. O governo teme que o reajuste anule os esforços para aprovação de projeto no Congresso que limita o teto do ICMS em 17% para uma série de itens, entre eles, os combustíveis. Por isso, quer que a Petrobras aguarde mais tempo para elevar os preços, evitando, assim, atrair a votação. A diretoria da estatal teria recebido bem a proposta, sem, no entanto, dar certeza ao governo de que vai manter os preços congelados. É possível, inclusive, que o percentual do aumento seja reduzido.

toda. O país não se pode e conviver com a taxa de impostos de tributo com encargos de 49% na conta de energia, como em alguns estados. Isso é um absurdo. Não se vê isso em país quase nenhum”, afirmou.

O deputado federal Celso Sabino (União-PA) também defendeu o teto de ICMS e alegou que não haveria prejuízos aos estados, pois eles estariam com uma “superarrecadação”. “Segundo o Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária), os estados arrecadaram, nesses primeiros quatro meses, mais de R\$ 34 bilhões. Não estamos aqui falando em tirar recursos dos entes federativos, mas para deter essa superarrecadação dos estados”, pontuou.

AGU nega acordo com estados

» LUANA PATRIOLINO

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou ao Supremo Tribunal Federal (STF) que o governo rejeita a proposta de acordo feita pelos estados em relação a mudanças no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) incidente no diesel. A manifestação atende a uma ordem do ministro da Corte André Mendonça.

Os estados aceitaram fazer cortes no ICMS, mas querem ser integralmente ressarcidos pela União, conforme proposta apresentada a Mendonça pelo Comitê de Secretários Estaduais da Fazenda (Comsefaz) (**leia Saiba mais**). De acordo com a AGU, o Ministério da Economia se posicionou contra a proposta, argumentando que o governo federal fez um esforço fiscal durante o enfrentamento à pandemia da covid-19. O órgão também sustenta que proporcionou novas

regras para equilibrar contas públicas dos entes federativos.

“Fica evidenciada a existência de desacordo substantivo não apenas em relação às premissas adotadas pelo Comsefaz, como também sobre a viabilidade de acolher as medidas de compensação propostas por esse colegiado, razões que obstaculizam qualquer avanço em direção à solução compositiva nesses autos”, diz o documento assinado pelo advogado-geral da União, Bruno Bianco.

Nos autos, a AGU elenca os argumentos apresentados tanto pelo Comsefaz quanto pelo governo. Para a Economia, “a melhoria da situação fiscal dos estados permite a adoção de medidas por aqueles entes federados para o enfrentamento da situação atual, em especial o reconhecimento do princípio da essencialidade definido no Projeto de Lei Complementar em discussão no Congresso Nacional”.

Daniel Estevão/AscomAGU



Bianco: “Desacordo substantivo em relação às premissas adotadas pelo Comsefaz”

Diante do impasse, caberá a Mendonça tomar uma decisão sozinho, mesmo que seja em caráter liminar, pois ele é relator da ação em que o governo federal pede a suspensão

da definição pelos estados do ICMS sobre o diesel.

O alto preço do combustível é uma das principais preocupações do presidente Jair Bolsonaro (PL), que teme perder apoio em

um ano eleitoral. Ele culpa os governadores pela situação.

Mendonça havia dado 24 horas para que a União e o Congresso se manifestassem sobre a proposta de acordo feita pelo Comsefaz.

Saiba mais

Série de pedidos

Os estados querem reduzir o ICMS que incide sobre combustíveis, transportes coletivos, energia elétrica e telecomunicações, por meio de convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), de modo que a carga tributária efetiva corresponda à aplicação da alíquota modal de cada estado.

Os entes federativos também querem a compensação integral das perdas arrecadatórias por transferência de receitas da União ou o abatimento da dívida de cada um deles, observado o gatilho de 5% das quedas de arrecadação.

Outra proposta apresentada pelo Comsefaz prevê a redução gradativa, a partir de 2023, das alíquotas de ICMS do Diesel e GLP até se atingir, em 2025, a alíquota modal de cada estado. Além disso, os entes querem o retorno das regras de tributação atuais da gasolina e do álcool a partir de 2023.